Selip

Política de *outsourcing* de impressão

Em continuidade à implantação da política de *out-sourcing* de impressão, a Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip) informa que, a partir de hoje, promoverá o recolhimento das impressoras e resmas de papéis em desuso remanescentes nas unidades do anexo I e térreo do anexo II.

O recolhimento será coordenado pela Diretoria de Material e Patrimônio, que comunicará aos interessados, com a antecedência necessária, a realização do remanejamento das impressoras e efetuará os respectivos registros no sistema.

A iniciativa traz redução de custos e mostra-se ambien-

talmente responsável, na medida em que reduz o consumo de energia, as despesas com aquisição de equipamentos e suprimentos e também o volume de descarte. Por isso, a conscientização e cooperação de todos é fundamental.

A adoção da presente prática se alinha com a Política Institucional de Sustentabilidade, disposta pela Resolução-TCU nº 268/2015. Sugestões inerentes às iniciativas de logística sustentável podem ser enviadas ao endereço eletrônico sustentabilidade@tcu.gov.br, e esclarecimentos adicionais ou solicitação de apoio podem ser obtidos no Portal TCU e pelo telefone 0800 644 1500.

Secex-MA

Instituições parceiras fazem balanço da operação Pau de Arara

Situação do transporte escolar em 21 municípios já foi fiscalizada

Em reunião realizada na sexta-feira (26), pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, com os parceiros da Operação Pau-de-Arara/Transporte Escolar, foi apresentado balanço das atividades já realizadas nos municípios participantes da iniciativa.

Iniciado em 2014, o projeto, que é fruto de parceria entre o Ministério Público do Maranhão, Ministério Público de Contas e Ministério da Transparência Fiscalização e Controle (antiga Controladoria-Geral da União), já alcançou 21 municípios.

Neste ano, as operações contaram com as participações do Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado e têm como objetivo a coleta de dados concretos sobre a realidade do transporte escolar em cada município do Estado. São fiscalizados os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), bem como dos próprios municípios.

Na reunião, foram discutidos o andamento das operações ocorridas em 2016 e os resultados das ações de fiscalização do serviço de transporte escolar ofertado pelos municípios envolvidos, desde o início do projeto.



Outro ponto demandado foi a possibilidade de aproveitamento da metodologia das operações anteriores, voltadas também para as atividades do planejamento estratégico.

Estiveram presentes os promotores de justiça Paulo Silvestre Avelar Silva, Sandra Soares de Pontes e Érica Ellen Beckman da Silva; o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, promotor de justiça Marco Antônio Santos Amorim; o procurador do Ministério Público de Contas Jairo Cavalcanti Vieira; o chefe da CGU-Regional Maranhão, Francisco Alves Moreira; o analista da CGU Sergio Thibau Junqueira e o auditor do TCU Lúcio Aurélio Barros Aguiar.

Fonte: CCOM-MPMA

SGCultural





Fiscalização e controle / Secom

Adutora do Agreste, em Pernambuco, pode sofrer novas paralisações

Com recursos de aproximadamente R\$ 1,38 bilhão, as obras da adutora podem sofrer novas paralisações, a exemplo da que ocorreu em novembro de 2015. O empreendimento beneficia 23 municípios pernambucanos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria na Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) e na Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) para fiscalizar as obras de implantação da Adutora do Agreste, no Estado de Pernambuco.

Os recursos financeiros envolvidos nas obras são de aproximadamente R\$ 1,38 bilhão, dos quais R\$ 1,24 bilhão é proveniente de dotações orçamentárias da União e R\$ 138,5 milhões são a título de contrapartida estadual.

As obras da primeira etapa serão executadas considerando duas fases de contratação. A licitação da primeira fase de obras foi dividida em quatro lotes contemplando a captação na barragem do Ipojuca, no município de Arcoverde, além do tratamento e da reservação, incluindo adutoras para atender 23 municípios do Estado.

A auditoria foi motivada pelo grande vulto dos recursos federais envolvidos e pela importância socioeconômica do empreendimento, com a verificação das funcionalidades e metas previstas no novo plano de trabalho, além de atualização das informações dos contratos com os seus respectivos aditivos.

O tribunal constatou sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado em todos os lotes e ausência de funcionalidade própria, tendo em vista o descompasso entre os cronogramas das obras do Ramal do Agreste e da Adutora do Agreste.

O TCU considerou inadequada a repactuação dos contratos, uma vez que os descontos obtidos em relação ao preço-base do edital teriam superado a soma dos sobrepreços unitários das propostas. Em função disso,

foram emitidos alertas à Compesa para que, na celebração de eventuais termos aditivos, assegure a manutenção do desconto obtido nos certames licitatórios, a fim de se coibir indevidos jogos de planilhas.

Ficou ainda constatado o descompasso no cronograma de desembolso dos recursos financeiros, com a ocorrência de atrasos e insuficiência de recursos entre os anos 2013 e 2015, o que contribuiu para a paralisação das obras da Adutora do Agreste em novembro de 2015. Ante o atual cenário de restrições orçamentárias, o TCU avalia que há sinais de nova paralisação.

A parte do empreendimento já realizada está sendo deteriorada por intempéries, em decorrência do atraso nas obras do Ramal do Agreste, que ocasionou a readequação do plano de trabalho incialmente aprovado. O tribunal, no entanto, verificou que a Compesa acompanhou a situação, com a busca de soluções e o gerenciamento dos riscos ligados à ausência de manutenção e conservação dos equipamentos.

Em função dos trabalhos, foi determinado ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia Pernambucana de Saneamento que reformulem o cronograma de desembolso do termo de compromisso para assegurar que ele esteja em conformidade com a programação orçamentário-financeira da União.

O relator do processo é o ministro-substituto André Luís de Carvalho. A Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHidroFerrovia) foi responsável pelos trabalhos.

Leia a íntegra da decisão: Acórdão 2217/2016 - Plenário
Processo: 014.231/2016-6
Sessão: 24/8/2016





Eventos





Prezado(a) Senhor(a),

De 19 a 22 de setembro, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) realizarão, em Brasília (DF), o Seminário Internacional Governança, Inovação e Desenvolvimento e a Il Semana de Inovação em Gestão Pública.

Os eventos têm o objetivo de promover a reflexão e o debate propositivo a respeito do cenário atual e das perspectivas do desenvolvimento, da governança e da inovação no Brasil, com vistas à construção de uma agenda de temas e prioridades estratégicas de governo para os próximos anos.

Em especial, convidamos você a realizar a sua inscrição no período reservado de 22 e 26 de agosto, **por meio do hotsite do evento, no endereço <u>seminarioinovacao.enap.gov.br</u>. As inscrições serão divulgadas ao público geral a partir de 29 de agosto.**

O seminário internacional e a semana de inovação serão realizados na sede da Enap e reunirão líderes governamentais, expoentes dos setores privado e acadêmico e pensadores nacionais e internacionais.

Voltadas a especialistas e dirigentes dos governos federal, estadual e municipal; representantes dos poderes Legislativo e Judiciário; do Ministério Público; de governos estrangeiros e organizações internacionais; de instituições de ensino e pesquisa e da sociedade em geral, as atividades visam fomentar debates sobre temas relacionados ao papel do Estado na promoção do desenvolvimento e da inovação em suas diversas vertentes.

Contamos com sua presenca!

Palestrantes



























MAURÍCIO VARGAS

∰ CNI

















Segurança da informação / Seplan

Mantenha seu Snapchat seguro

O Snapchat se tornou um dos aplicativos de mídia social mais populares, com mais de 100 milhões de usuários cadastrados. Contudo, muitos usuários do Snapchat parecem não ter ideia de que os conteúdos publicados não são exatamente temporários como o aplicativo divulga. Como resultado, muitas pessoas tendem a compartilhar coisas que não compartilhariam em outras mídias sociais.

Seguem algumas dicas e informações para garantir que seu Snapchat permaneça seguro:

• senha - tenha certeza de mudá-la regularmente e não as reutilize. Se não tiver certeza se sua senha é forte suficiente, você pode usar um gerenciador de senhas que tenha essa funcionalidade de medição de segurança de senhas;

- **privacidade** tenha certeza de verificar suas configurações de privacidade. Veja se está compartilhando suas publicações só com amigos no "Minhas histórias".
- temporalidade os últimos termos e condições do Snapchat afirmam que ele possui "o direito de armazenar e compartilhar qualquer foto tirada com o aplicativo". Embora a empresa afirme fazer isso só em situações específicas e necessárias, isso abre portas para diversos problemas potenciais em termos de privacidade.

Fonte: https://blog.kaspersky.com.br/snapchat-privacy-security/5920/

Em caso de dúvidas, envie e-mail para segurancadainformacao@tcu.gov.br. Conheça mais dicas na comunidade Segurança da informação.

Aniversariantes

Hoje

Elisabete Ferreira Cardoso Silva - Segep Fabio Luiz Dourado Barreto - Serur Marcelo de Oliveira Vianna - STI Marcelo José Cruz Paiva - Secex-PA Marcone Silva Bezerra - Secex-AL Sergio Augusto Paula - Seses

Dia 31

Guilherme Pereira Souto - SeinfraUrbana Juliana Rodrigues Rios - Segep Leonardo Augusto da Silva Pacheco - STI Vinicius Neves dos Santos - SecexAmbiental



Sessões

As pautas das sessões podem ser encontradas no Portal do TCU, no link Sessões.

Pautas do Plenário

Para ver a pauta da sessão ordinária pública do Plenário de 31/8/2016, clique <u>aqui</u>.

Para ver a pauta da sessão ordinária reservada do Plenário de 31/8/2016, clique <u>aqui</u>.

Para ver a pauta explicativa da sessão ordinária pública do Plenário de 31/8/2016, clique <u>aqui</u>.

Índices

Valor da Multa TCU em 2016: até R\$ 54.820,84

Salário Mínimo: R\$ 880,00

IPCA - julho: 0,52%